

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): MARIANA CALDEIRA TELES, FELISA CANÇADO ANAYA

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO NOS MUNICÍPIO MINEIROS PEDRAS DE MARIA DA CRUZ E JANUÁRIA

RESUMO

A partir do século XX, com os estudos de Celso Furtado, as desigualdades passaram a ser vistas como um problema e, sua acentuação impede o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Reduzir as desigualdades socioeconômicas é o objetivo do século, e os indicadores podem ser uma ferramenta útil para o desenho das políticas públicas necessárias para tal objetivo. Com o uso da metodologia do método comparativo, buscamos caracterizar os dados socioeconômicos dos municípios mineiros de Pedras de Maria da Cruz e Januária, sendo que Januária é a principal cidade da microrregião de Januária, pertencente à mesorregião Norte de Minas, no Estado de Minas Gerais. Os indicadores básicos usados na comparação das condições socioeconômicas foram: índice de GINI, percentual de extrema pobreza, escolaridade, PIB, renda per capita e IDHM. As fontes foram retirados do Atlas de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e abrangem os anos de 1991, 2000 e 2010.

Palavras chave: método comparativo; indicadores socioeconômicos; desigualdade regional.

INTRODUÇÃO

Historicamente no Brasil, se observa um acentuamento das desigualdades regionais, principalmente no período de 1930 a 1970, quando o Brasil inicia o seu processo de industrialização com grande participação do capital externo, com o objetivo de formação de um capital nacional e superar o subdesenvolvimento brasileiro. (IANNI, Octavio)

Falar sobre desigualdade regional requer uma interpretação mais ampla, não só econômica, mas contar com o apoio de outras ciências. A existência da desigualdade traz conceitos históricos, sociais, políticos e econômicos dentre outros. Krajevski *et al* (2015) fala que o estudo do desenvolvimento regional e seus desequilíbrios requer uma investigação interdisciplinar, e, segundo ele, isso também foi constatado pelo próprio Celso Furtado em estudos sobre o desenvolvimento regional no Brasil. Acerca do subdesenvolvimento e desigualdades regionais, e especificamente ao caso brasileiro, Celso Furtado acreditava que o principal problema era de infraestrutura e concentração de poder e renda.

Assim, para que se possam superar os problemas de desenvolvimento regional no Brasil são necessário reformas estruturais e políticas públicas com finalidade de reduzir as desigualdades de distribuição de renda existentes. Deve-se rever a estrutura socioeconômica estabelecida nas diversas regiões do Brasil. O crescimento econômico não se verifica em toda parte e nem simultaneamente, sendo fator, inclusive, de acentuamento de desigualdades. Krajevski *et al* (2015)

Nos anos 30 a 70, com a industrialização e formação de capital nacional, verifica-se o aprofundamento das desigualdades entre o sudeste e o norte e nordeste do Brasil. Essa redução da desigualdade passa a mudar, segundo Dedecca *et al*, a partir dos anos 2000, com o processo de industrialização já consolidado, "a política regional e o planejamento voltaram a aparecer [...] a economia brasileira inicia uma trajetória de crescimento", focando principalmente na redistribuição de renda, com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais e a pobreza monetária. A principal política pública responsável pela redução da desigualdade e retomada do crescimento econômico fora "a reativação da capacidade de investimento tanto público como privado e o fortalecimento do consumo, particularmente dos estratos de menor renda [...] ampliação dos investimentos em infraestrutura e das políticas sociais".

No Brasil, o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (ATLAS), sob supervisão do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da FJP (Fundação João Pinheiro), disponibiliza para a sociedade um banco de dados com diversos indicadores sociais e econômicos. O Atlas se baseia na idéia de que as "pessoas são a verdadeira riqueza das nações".

Para a análise dos dados deste trabalho, foi escolhido o método comparativo. Este método é largamente utilizado nas Ciências Sociais devido ao não controle das variáveis observadas. Para Gonzalez (2008), este método implica em encontrar semelhanças e diferenças, analisando sistemas mais semelhantes ou mais diferentes possíveis.

O uso do método comparativo foi usado por Nobrega Jr (2015), para diagnóstico socioeconômico entre as duas principais cidades da Paraíba - João Pessoa e Campina Grande, com o objetivo de conhecer melhor a microrregião e porque, relatórios tão específicos são bastante raros. Martins e Santos (2014), também usando o método comparativo, tratam sobre desenvolvimento e desigualdades, evidenciando que as desigualdades regionais e o seu grau de desenvolvimento bastante diferenciado, mostrando que ainda prevalecem grandes índices de desigualdades entre as macrorregiões estudadas e que são necessárias políticas públicas com a finalidade de reverter esse quadro.

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

O uso do método comparativo é usado em outros tipos de trabalhos, comparando uma diversidade de indicadores e situações, como por exemplo, o trabalho de Oliveira e Magalhães (2016), onde utilizam o método comparativo para analisar os homicídios em Várzea Grande - MT, cruzando os dados extraídos dos boletins de ocorrência da polícia civil e da polícia militar que resultou no perfil geral das vítimas de homicídio e das principais localidades de concentração dos crimes e, Gomes *et al* (2016), que compararam os dados obtidos do censo do IBGE 2000 e dados obtidos junto ao Armazém de dados da Polícia Militar, avaliando onde a melhoria dos índices de crescimento de desenvolvimento contribuíram para a variação de crimes nos municípios mineiros Montes Claros e Uberlândia.

Neste estudo, os municípios objeto da análise se encontram na mesma microrregião do Estado, a microrregião de Januária. Uma microrregião, definida segundo a Constituição Federal de 1988, são aglomerações de municípios limítrofes, com o intuito de direcionar as políticas públicas de interesse comum. Já o IBGE organiza as microrregiões de acordo com as similaridades econômicas e sociais. Visto isso, os dois municípios possuem similaridades econômicas e sociais, sendo viável a aplicação do método comparativo. Para ampliar o espectro de análise, para alguns dados, incluíram-se também as informações relativas ao Estado de Minas Gerais, onde a microrregião se encontra, e do Brasil, na perspectiva de se obter uma visão mais ampla dos dados analisados. Os dados usados para a análise foram retirados do banco de dados disponibilizados no site do ATLAS, e o período abrange os anos de 1991, 2000 e 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A. Índice de GINI

O índice de GINI, como colocado anteriormente, mede o grau de concentração de renda, sendo 0 completa igualdade e 1 completa desigualdade. A tabela 1 mostra o índice de GINI para os censos de 1991, 2000 e 2010. Colocando o índice de GINI em termos percentuais, para o município de Januária, para os períodos analisados, 1991, 2000 e 2010, a concentração de renda seria de 63%, 65% e 56%, indicando ainda uma alta concentração de renda. Para Pedras de Maria da Cruz, no mesmo período, a concentração seria de 41%, 56% e 47%, notando um aumento de 1991 a 2000 e uma redução de 2000 a 2010, mas permanecendo maior que o índice inicial, notando neste município, um aumento da concentração de renda.

B. PIB

A tabela 2 mostra os dados relativos a composição do PIB Agregado e o PIB per capita, para o ano de 2010, último censo realizado. Os dados acima mostram a diferença entre as economias dos dois municípios em relação a geração de valor, sendo que o PIB Agregado do município de Januária é muito superior ao do município de Pedras de Maria da Cruz. Pela composição do PIB, para o município de Januária, o Setor de serviços representa cerca de 43% da geração do PIB Agregado, seguido de cerca de 38% da participação dos Gastos do Governo. Para o município de Pedras de Maria da Cruz, os Gastos do Governo representam mais de 50% na geração do PIB Agregado daquela região.

C. Renda per capita e escolaridade

A renda per capita é medida, de acordo com o ATLAS, como sendo a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos, para valores de agosto de 2010. O índice de escolaridade teve como referência a taxa de analfabetismo dos indivíduos de 11 a 14 anos de idade. Percebe pelas tabelas 3 e 4 apresentadas acima, um aumento da renda média per capita e uma redução da taxa de analfabetismo, para ambos os municípios. Percebe-se que, o aumento da renda média domiciliar pode permitir um maior acesso à educação por parte dos indivíduos de 11 a 14 anos de idade.

C. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

As tabelas 5 e 6 apresentam a composição do IDHM para ambos municípios, para os censos de 1991, 2000 e 2010. O IDHM varia de 0 a 1, sendo 0 nenhum desenvolvimento humano e 1 pleno desenvolvimento humano. O IDHM é composto pelas faixas de Renda, Longevidade e Educação. A longevidade foi a faixa que mais contribui para a composição do IDHM de ambos os municípios. De acordo com os dados coletados, percebe-se que o município de Januária, para todos os indicadores de composição, em todos os censos, possui valor relativamente maior que os indicadores do município de Pedras de Maria da Cruz.

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Considerando a dimensão do IDHM-Renda, o município de Januária teve um crescimento de cerca de 20%, de 1991 a 2010, e Pedras de Maria da Cruz, teve um crescimento mais acentuado, de cerca de 40%, no mesmo período. Este crescimento pode ser creditado às políticas de distribuição de renda implementadas ao longo dos últimos anos, notando-se uma redução da população pobre e extremamente pobre, no mesmo período analisado.

Na dimensão relativa à educação, o IDHM-Educação, ambos os municípios apresentaram crescimento substancial dos indicadores. Januária teve um crescimento, entre 1991 e 2010, de aproximadamente 200% e, o município de Pedras de Maria da Cruz, no mesmo período, apresentou crescimento de mais de 500%. Para os dois municípios, em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de cerca de 80%, superior aos períodos anteriores. O indicador de longevidade foi o mais estável no período analisado, tendo um crescimento de 20% aproximadamente para ambos os municípios.

Levando em consideração o IDHM agregado dos municípios, Pedras de Maria da Cruz foi o município que apresentou crescimento mais acentuado, com cerca de 120%, no período analisado. Apesar disso, os dois municípios se encontram hoje na margem de 0,600 a 0,699, sendo considerado município de médio desenvolvimento humano.

O crescimento em relação a todos os indicadores analisados pode indicar um maior acesso da população em relação aos programas de saúde, distribuição de renda e educação, resultado de políticas destinadas a redução das desigualdades regionais. Apesar dessa melhora, deve-se atentar ao fato de que grande parte da população, cerca de 30% dos dois municípios, ainda residem na zona rural, o que poderá ser um contratempo em relação ao acesso aos programas governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do método comparativo para os dois municípios objeto da análise permitiu verificar as similaridades existentes entre ambos. Por pertencerem a uma mesma microrregião, historicamente negligenciada, pode-se inferir a existência de políticas socioeconômicas direcionadas a sanar os mesmos problemas, visto que, todos os indicadores, evoluíram positivamente. Como o período analisado do PIB foi somente o ano de 2010, não pode-se inferir que a melhora dos indicadores analisados se deu ou não pelo crescimento econômico municipal. Apesar da renda média per capita dos municípios ter aumentado, este aumento pode ter sido reflexo de políticas de governo que visam a distribuição de renda direta, e não ao crescimento econômico. É necessário um estudo mais aprofundado, incluindo um maior número de municípios, dessa microrregião e de outras microrregiões, para que se possa fazer um perfil mais acurado dos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Cleunice Delgado de; MAGALHÃES, Élcio Bueno de. **Análise dos homicídios registrados no município de Várzea Grande - MT, anos 2012 e 2014**. Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública. Vol.16..N.1.2016.

GOMES, Pedro Ivo Jorge; FREITAS, Ana Maria Lacerda de; PEREIRA SILVA, Leni Maria. **Crescimento, desenvolvimento e criminalidade: um estudo comparativo entre os municípios de Montes Claros -MG e Uberlândia - MG -2000**. V Congresso em Desenvolvimento Social: Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2016.

SOUSA, Allan Alexandre de; CRUZ, Victor Emanuel Ramos. **Um retrato dos fatores que dificultam a implementação da modalidade de ensino educação quilombola**. VIII COPED - Congresso Norte Mineiro de Pesquisa em Educação: Formação de Professores: Desafios e Prospecção. 2016.

NOBREGA JUNIOR, José Maria Pereira da. **Diagnostico socioeconomico do Cariri ocidental paraibano (1991, 2000 e 2010): resultados preliminares**. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. 2015.

MARTINS, André Filipe; SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Estudo comparativo sobre desenvolvimento e desigualdades socioeconômicas nas cinco macrorregiões brasileiras**. IV Congresso em Desenvolvimento Social: Modalidades e Desenvolvimentos: 2014.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Civilização Brasileiro**. Rio de Janeiro: 1971.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; SOUZA, Leonardo Flauzino de. **Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro**. Novos Estudos – CEBRAP. N.98. São Paulo: 2014.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é derivado do processo de caracterização socioeconômica das comunidades tradicionais foco de estudo do Projeto “Dinâmicas Socioambientais da Bacia do Médio São Francisco Mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais – SEDA/MG. Este trabalho também contou com o apoio da Rede Colaborativa TROPY DRY.



Tabela 1

Índice de GINI, censo: 1991, 2000 e 2010.

| Município | 1991 | 2000 | 2010 |
|------------------------------|------|------|------|
| Januária (MG) | 0,63 | 0,65 | 0,56 |
| Pedras de Maria da Cruz (MG) | 0,41 | 0,56 | 0,47 |

Fonte: ATLAS.

Tabela 2

PIB Total, PIB por setor e PIB per capita dos municípios Januária e Pedras de Maria da Cruz, relativos ao Censo de 2010

| ANO BASE: 2010 | JANUÁRIA | PEDRAS DE MARIA DA CRUZ |
|---------------------|--------------------|-------------------------|
| PIB PER CAPITA | R\$ 5.205,36 | R\$ 3.964,95 |
| PIB AGREGADO TOTAL | R\$ 340.763.000,00 | R\$ 40.879.000,00 |
| PIB – AGROPECUÁRIO | R\$ 23.694.000,00 | R\$ 7.217.000,00 |
| PIB – GASTO GOVERNO | R\$ 129.519.000,00 | R\$ 22.496.000,00 |
| PIB – INDÚSTRIA | R\$ 20.044.000,00 | R\$ 1.288.000,00 |
| PIB – SERVIÇOS | R\$ 146.293.000,00 | R\$ 8.764.000,00 |
| PIB - ARRECADAÇÃO | R\$ 21.213.000,00 | R\$ 1.113.000,00 |

Fonte: IBGE.

Tabela 3

Renda média per capita, 1991, 2000 e 2010.

| Município | 1991 | 2000 | 2010 |
|------------------------------|--------|--------|--------|
| Januária (MG) | 190,05 | 234,92 | 359,19 |
| Pedras de Maria da Cruz (MG) | 93,53 | 147,82 | 268,27 |

Fonte: ATLAS.

Tabela 4

Taxa de analfabetismo 11 a 14 anos, Censo 1991, 2000 e 2010.

| Município | 1991 | 2000 | 2010 |
|------------------------------|------|------|------|
| Januária (MG) | 19,7 | 6,39 | 3 |
| Pedras de Maria da Cruz (MG) | 27,3 | 5,19 | 3,64 |

Fonte: ATLAS.

Tabela 5

Composição IDMH Januária

| JANUÁRIA | | | |
|--------------------|-------|-------|-------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| IDHM - RENDA | 0,509 | 0,543 | 0,611 |
| IDHM - EDUCAÇÃO | 0,18 | 0,389 | 0,568 |
| IDHM - LONGEVIDADE | 0,652 | 0,749 | 0,82 |
| IDHM - TOTAL | 0,391 | 0,541 | 0,658 |

Fonte: ATLAS.

Tabela 6

Composição IDMH Pedras de Maria da Cruz.

| PEDRAS DE MARIA DA CRUZ | | | |
|-------------------------|--|--|--|
|-------------------------|--|--|--|

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|--------------------|-------|-------|-------|
| IDHM - RENDA | 0,395 | 0,469 | 0,564 |
| IDHM - EDUCAÇÃO | 0,077 | 0,288 | 0,521 |
| IDHM - LONGEVIDADE | 0,646 | 0,702 | 0,787 |
| IDHM - TOTAL | 0,27 | 0,456 | 0,614 |

Fonte: ATLAS.

Realização:



COORDENADORIA DE
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MONTES CARLOS

MINAS
GERAIS

Apoio:

